

A catação de materiais recicláveis no Brasil: mulheres e o trabalho informal

Fabiana Sanches Grecco¹

RESUMO

Com esse estudo pretende-se apresentar um panorama geral da reciclagem no Brasil, destacando o trabalho da mulher. Trata-se de uma reflexão que considera o “processo de informalidade” fundado na exploração e na “apropriação individual e coletiva” da mulher, onde o “ecológico” transveste a intensificação da exploração da força de trabalho.

Palavras-chave: reciclagem, trabalho, mulher.

No período das últimas décadas do século XX, com efeitos que seguem o início do século XXI, políticas neoliberais, como os *Planos de Ajustes Estruturais* (os PAEs) impostos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial (DAVIS, 2006, p. 156-160 e 175) unida a mudanças na organização da produção, que têm como intuito a desvalorização do trabalho, intensificando o seu controle com a finalidade de aumentar as taxas de lucro, atingiram o Brasil, com maior ou menor intensidade, a partir da década de 1980, trazendo, entre muitas consequências, um crescimento do trabalho mantido à margem da legislação, isto é, a chamada economia informal, definida de forma abrangente pelo conjunto de atividades, trabalhos e rendas realizadas desconsiderando regras expressas em leis ou em procedimentos usuais (CACCIAMALI, 2000, p.154), onde as mulheres constituem o maior grupo realizando essas atividades, também classificadas como muito precárias (ARAÚJO, 2012, p. 136 e LOMBARDE, 2012, p. 111).

Nesse contexto, o processo de reciclagem, como um fenômeno contemporâneo de expansão relativamente recente e justificado por discursos ecologistas, emerge no Brasil apoiando-se na exploração do trabalho de cerca de 13 mil trabalhadoras e trabalhadores organizados em empreendimentos econômicos coletivos e outras milhares de trabalhadoras e de trabalhadores trabalhando por conta própria, somando um contingente de cerca de 1 milhão de catadoras e catadores de materiais recicláveis em todo país.

Avistando esse processo, a hipótese central desse estudo é a de que a emergência da exploração da força de trabalho das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis é resultado do “processo de informalidade” (CACCIAMALI, 2000) sustentada pela exploração e “apropriação individual e coletiva” das mulheres (GUILLAUMIN, 2003). Esses conceitos possibilitam uma análise sobre o trabalho da mulher catadora de materiais recicláveis no Brasil e serão apresentados nesse texto, traçando um caminho de reflexão sobre o processo de reciclagem no país.

Dessa forma, a exposição desse problema de pesquisa foi dividida em dois principais momentos. Em primeiro lugar, será apresentado um panorama geral sobre o processo de reciclagem no Brasil, em seguida serão apresentadas as definições conceituais que fundamentam o estudo.

1. O processo de reciclagem no Brasil: panorama geral e momentos do processo de trabalho

No Brasil, o processo industrial da reciclagem teve uma expansão considerável nos últimos 20 anos, sendo o trabalho com a catação de mercadorias recicláveis a maior etapa de todo esse processo

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília/SP – FFC – UNESP.

industrial. Atualmente, estima-se que cerca de 80% de todo o trabalho de produção da matéria-prima que vai para as fábricas recicladoras do país passaria pelas mãos das trabalhadoras catadoras e dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis (GRIMBERG, 2008). Percebendo o desenvolvimento dessa atividade no período, até o ano de 1998, a coleta de materiais recicláveis envolvia diretamente cerca de 300 mil pessoas (CALDEIRONI, 1998, p. 281), enquanto que a estatística para o ano de 2012, segundo o MNCR, somando as trabalhadoras e os trabalhadores que realizam a atividade de catação, o número estimado envolve diretamente cerca de 1 milhão de pessoas (MNCR, 2011/a).

O grande número de trabalhadoras e trabalhadores exercendo essa atividade como forma de obtenção de renda, comparado ao PEA, o índice de população economicamente ativa do país “formado pelos contingentes de ocupados e desocupados”, estimado em janeiro de 2012 em 23,8 milhões de pessoas (IBGE, 2012), demonstra a grandeza do setor no país.

Segundo dados da “associação empresarial dedicada à promoção da reciclagem e gestão integrada do lixo”, a CEMPRE (Compromisso Empresarial para a Reciclagem), em 1994, apenas 81 municípios desenvolviam programas de coleta seletiva; em 1999, 135 municípios; em 2002, 192; em 2004, 237; em 2006, 327; e em 2010, 443 municípios brasileiros operaram programas de coleta seletiva (CEMPRE, 2010). Isto significa dizer que em 15 anos o número de municípios operando algum programa de coleta seletiva se multiplicou ao menos 6 vezes. Se, por um lado, esse número ainda é considerado baixo, correspondendo a cerca de apenas 8% dos municípios do país, por outro, isto evidencia uma significativa expansão da indústria recicladora nas duas últimas décadas, sobretudo no período 2000-2010.

Na catação de materiais recicláveis, somente nos chamados “empreendimentos econômicos solidários”, estimados apenas em 1,3% do total de trabalhadoras e trabalhadores, no ano de 2007, segundo uma pesquisa na base do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES/MTE), participariam mais de 11.700 catadoras e catadores, sendo a maioria, 58,6%, mulheres (SCHIOCHET & BRANDES *apud* MOURA FÉ & FARIA, 2011, p. 24). Já, segundo o MNCR, estimar-se-ia recentemente que o quadro seria composto em 75% por mulheres (WIRTH, 2011, p. 105).

Dessa forma, em um duplo processo de consequência e causa, o Brasil, há mais de 10 anos, tem o título de maior reciclador de alumínio do mundo. O país teria reciclado 98,3% de todas as latas comercializadas no ano de 2011 (ABRALATAS, 2012). Em decorrência disso, enquanto a média mundial de geração de CO² para a produção de uma tonelada do metal seria a de 7,1 toneladas, estima-se que aqui, essa emissão resultaria em apenas 2,6 toneladas de CO² para a produção da mesma quantidade de metal (TERRA VIVA, 2011).

Como resultado desse quadro positivo, surgiu no período incontáveis notícias otimistas sobre o setor, impulsionando ainda mais esse mercado. No ano de 2010, por exemplo, somente a etapa de coleta das latas de alumínio teria injetado R\$ 555 milhões de reais na economia nacional e isso equivaleria à “geração de emprego e renda” para 251 mil pessoas (CEMPRE, 2012). No entanto, em 85% dos empreendimentos, o valor médio da remuneração não alcança sequer um salário mínimo (SINGER, 2011, p. 1), mesmo assim, lançados na sociedade como dados apenas positivos, o Brasil se tornou uma referência em assuntos relacionados ao lixo e a sua gestão².

São exatamente esses dados estatísticos positivos que tendem a ocultar a exploração da força de trabalho no interior desse processo industrial. Diante deles, questiona-se o que vem sendo chamado de “emprego e renda” ou “geração de emprego e renda” com a catação de materiais recicláveis no Brasil?

São aspectos importantes desse período de expansão da reciclagem, o processo de reestruturação da produção do final do século XX e início do século XXI, com o excessivo aumento do desemprego formal e a expansão do trabalho informal. Entre 1989 e 1998, o país teria perdido algo em

² Por exemplo, entre 30 de maio e 06 de junho do ano de 2013, aconteceu na França o 3º Encontro franco-brasileiro “Déchets et Citoyenneté” (Lixo e Cidadania), onde uma delegação de catadores brasileiros são convidados a discutir gestão de resíduos sólidos e cidadania.

torno de 3 milhões de empregos formais e o desemprego aberto teria passado de 3,35% para 7,60%, (DELUIZ, 2000, p. 17). Dessa forma, a última década do século XX teria sido marcada pela “desestruturação do mercado de trabalho” onde diferentes iniciativas, públicas e privadas, teriam concorrido para isso (DIEESE, 2012, p. 9). O período teria se caracterizado pela elevação das taxas de desemprego a patamares nunca antes vistos no país e pelo crescimento significativo das formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho (POCHMANN, 2006, 59 a 73).

A formação do novo modelo econômico brasileiro deu-se por meio de quatro distintos comportamentos das atividades produtivas e ocupacionais, e todos eles apresentaram resultados em relação ao emprego no país. Percebe-se, além disso, que o nível de emprego deslocou-se relativamente ao produto a partir de 1990, quando a situação do comércio externo alterou-se profundamente. Da mesma forma, o fraco desempenho da economia foi acompanhado por forte oscilação na capacidade instalada, tendo em vista o baixo patamar dos investimentos privados e, sobretudo, públicos (POCHMANN, 2008, p. 12).

Ao mesmo tempo, a década de 1990 teria sido marcada pela introdução de uma série de mecanismos de “flexibilização da relação trabalhista”, pela “flexibilização dos rendimentos, especialmente através de mecanismos de remuneração variável”, e pela “redução dos rendimentos do trabalho em termos reais”. A desestruturação teria ocorrido através de uma série de razões. Os motivos que mais se destacam seriam:

“baixas taxas médias de crescimento, abertura comercial e financeira desregulada, forte crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), perda da importância do emprego industrial, reestruturação produtiva, privatizações, terceirização de atividades e queda da taxa de investimento total, com destaque para o investimento público” (DIEESE, 2012, p. 9 e 10).

No entanto, é contraditório afirmar uma relação direta (mecânica) entre a “crise do emprego” e a catação de materiais recicláveis, tendo em vista que o período de maior aumento da atividade (a década de 2000), não corresponde imediatamente ao período de aumento do desemprego no país. Essa afirmação, mesmo que considerando o tempo necessário entre o desempregado estabelecer-se em outra atividade, reduziria a discussão sobre o assunto, afastando determinações importantes para a expansão da reciclagem, como, por exemplo, as transformações econômicas, políticas e sociais, que elevaram o aumento do “processo de informalidade”.

Ao contrário da década de 1990 e dos primeiros anos deste século, “período em que a flexibilização das relações de trabalho teriam sido enfaticamente defendidas por alguns analistas, dentro e fora do governo federal, como saída para o desemprego e para a precarização do trabalho”, os anos 2000 se caracterizariam pela ausência de medidas governamentais nessa direção. As políticas governamentais adotadas ao longo da década de 2000, como “metas de inflação, política de valorização do salário mínimo, políticas de transferência de renda, expansão do crédito”, e as mudanças verificadas no “mundo do trabalho”, como “geração de empregos, formalização e aumento da renda”, teriam sido, ao mesmo tempo, causa e efeito do processo de crescimento econômico no Brasil (DIEESE, 2012, p. 15 e 16).

Essas transformações, entretanto, não teriam sido suficientes para eliminar a “heterogeneidade” do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado por “elevadas taxas de desemprego, presença relevante da informalidade nas relações de trabalho, desigualdade nas condições de inserções regionais e na qualidade dos postos de trabalho”. Por um lado, a precarização da ocupação se reduziria na década “em algumas de suas formas mais tradicionais”, como o assalariamento sem carteira, mas, por outro,

assumiria novas formas, alargando o chamado “setor informal”³. Haveria, dessa forma, três principais segmentos de ocupação que comporiam o setor: “o emprego subcontratado, o emprego ilegal e o trabalho por conta própria”. Além disso, considerar-se-ia informal “a parcela de trabalhadores independentes que explora seu negócio sozinho ou com ajuda de familiares”, os chamados trabalhadores por conta própria⁴ (DIEESE, 2012, p. 51, 74, 162 e 163).

Esses dados são relevantes, mas não explicam sozinhos a emergência dessa atividade e sua complexidade. No centro desse processo de transformações surgem os empreendimentos econômicos coletivos, no Brasil difundidos com o apoio da igreja católica (MNCR, 2011/b). No entanto, estima-se que apenas cerca de 13 mil trabalhadoras e trabalhadores catadores (dos 1 milhão de trabalhadoras e trabalhadores) estariam neles organizados (GUTIERREZ e ZANIN, 2010).

Dos empreendimentos mapeados na pesquisa de Valmor Schiochet e Mairon Edegar Brandes, citada acima, a maior parte seria de constituição recente, mais de 52% permaneceria como grupo informal, seguido por associações com 28,4% e organizados em cooperativas com 16,8% dos empreendimentos (SCHIOCHET & BRANDES *apud* MOURA FÉ & FARIA, 2011, p. 24).

É nesse momento, no entanto, que o trabalhador explorado ganha uma nova identidade: a de “agente ambiental”. Uma vez fortalecida essa identidade, essas trabalhadoras e esses trabalhadores começaram a organizar a sua ação coletiva, buscando unificar as suas demandas e a “conscientizar” a categoria sobre a importância dessa união. Assim, em 2001 trabalhadoras e trabalhadores, mais uma vez com o apoio da igreja católica (GONÇALVES-DIAS, MENDONÇA, TEODÓSIO, SANTOS, 2010, p. 2013 e 2023), fundam o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, o MNCR.

Uma das primeiras conquistas do movimento foi a ocupação de catador ser “reconhecida” pela Classificação Brasileira de Ocupações – CBO em 2002, uma vez que, desde 1987, ela já constava na Classificação Internacional Uniforme de Ocupações – CIUO-88, da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Nesse importante momento de impulsão da atividade, ações e políticas acerca da catação teriam ingressado “em outro patamar” com a criação, em 11 de setembro de 2003, do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis. O comitê teria a finalidade de articular, no âmbito dos ministérios e órgãos públicos, as ações de apoio e fomento a este segmento. No âmbito legal, uma das medidas alcançadas teria sido o decreto nº 5.940/2006, que instituiu a separação dos resíduos descartados pelas entidades públicas federais de administração direta e indireta, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de resíduos recicláveis (MOURA FÉ & FARIA, 2011, p. 30).

No entanto, a Política Nacional de Resíduos Sólidos ocorreu procrastinada em relação ao desenvolvimento do trabalho de catação de materiais recicláveis ao longo do final do século XX e início do século XXI. Apesar de essa lei ter se consolidado como um importante instrumento regulatório para a gestão do lixo no país, sua sanção ocorreu apenas em 2010, após vinte e um anos tramitando no Congresso Nacional e o mesmo ocorreu com a Política Nacional de Saneamento, que entrou em vigor no ano de 2007.

³ O conceito de “setor informal” teria surgido na década de 1970, pelo antropólogo Keith Hart, no entanto, teria relação com a chamada “teoria da marginalidade”, que consistiria em relacionar a marginalidade urbana, como o crescimento das favelas, com o aumento do trabalho informal, recebendo críticas de muitos estudiosos como, por exemplo, Manuel Castells (DAVIS, 2006, p. 178). Explicações sobre esse conceito trazem ALVES e TAVARES, 2006, p. 423, assim como críticas e uma nova proposição conceitual é trazida por Cacciamali, 1983, o conceito de “informalidade”.

⁴ Somando a esse grupo àqueles que, em 2009, teriam declarado “exercer suas atividades em condições mais vulneráveis – sem instalações fixas e sem equipamentos, no próprio domicílio, sem adaptações ou ainda na rua em barracas ou bancas” –, chegar-se-ia a “28,0% do total de trabalhadores por conta própria” (DIEESE, 2012, p. 177).

2. Definindo os fundamentos conceituais do estudo

Começamos essa exposição com uma pergunta, a de por que construir uma análise sobre a reciclagem no Brasil refletindo sobre o trabalho das mulheres?

Em uma das narrativas convencionais das origens da “história das mulheres”, a política feminista seria o ponto de partida⁵. Assim, a emergência da “história das mulheres” como um campo de estudo envolveria, nesta interpretação, uma evolução do feminismo para “mulheres” e daí para o “gênero”, ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise. Isto teria consequências tanto no “resgate da história” (visão positiva), quanto encarada como “um sinal de despolitização” (visão negativa). Contudo, frisaria a separação entre teoria e política. Com o objetivo de distinguir o fenômeno, como campo de estudos definível e de prática estabelecida em muitas partes do mundo a partir das décadas de 1970 e 1980, dos esforços anteriores de escrever a história das mulheres e, especialmente, para evocar as associações desse campo com a política, Joan Scott (1991) utiliza o termo “movimento da história das mulheres” (SCOTT, 2011, p. 65, 66 e 67).

Neste caso, entendendo a “história das mulheres” como um movimento que vai além de uma disciplina de estudos e, considerando as mulheres como o maior grupo realizando a atividade de catação de materiais recicláveis no país, respondendo à questão colocada, em primeiro lugar trata-se de construir uma reflexão que leve em conta que se a reciclagem no Brasil se desenvolveu em níveis de reconhecimento mundial, isso se deve a participação da mulher nesse trabalho. Assim, essa é uma reflexão inscrita em um movimento acadêmico que é, sobretudo, político.

Em segundo lugar, a divisão sexual do trabalho, definida por relações sociais entre os sexos que permeiam a divisão social do trabalho, conforme uma “fórmula modulada histórica e socialmente”, onde aparecem os princípios de “divisão” e de “hierarquia” sociais entre os sexos, que Helena Hirata e Danièle Kergoat profusamente investigam, onde o primeiro, a divisão, versa sobre a existência de trabalhos designados para homens e outros para mulheres. O segundo, a hierarquia, versa sobre o trabalho designado ao homem ter maior valor do que o que encarrega a mulher de sua execução (HIRATA e KERGOAT, 2007), é considerada aqui como parte fundamental da estrutura da sociedade em classes, reforçando que relações sociais de sexo tratam-se de importantes relações de poder para a manutenção do modo de produção capitalista, cuja percepção é conhecida há mais de um século, conforme escreveu Friedrich Engels:

Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (...) (ENGELS, 1980, p. 70 e 71 *apud* NOGUEIRA, 2004, p. 4 e 5).

Essa divisão “natural” do trabalho, completa Shulamith Firestone, teria continuado “à custa de um grande sacrifício cultural”. A divisão da psique em psique masculina e feminina, estabelecida com o fim de reforçar a divisão em função da reprodução, resultou trágica. A hipertrofia nos homens do racionalismo, do impulso agressivo e a atrofia de sua sensibilidade emocional representaram um desastre tanto físico (guerra), quanto cultural. O emocionalismo e a passividade das mulheres aumentou o seu sofrimentos (não podemos nos referir a elas de um modo simétrico, já que elas foram vitimadas pela divisão como uma das classes (FIRESTONE, 1976 [1970], p. 234).

Assim, Colette Guillaumin, 1978, contribuiu para essa discussão distinguindo uma dupla apropriação unida a exploração da força de trabalho da mulher. Para a autora, a exploração das

⁵ Sugiro a leitura dos artigos de Adriana Piscitelli, 2002 e Marlise Matos, 2008.

mulheres é a base de todo o pensamento sobre as relações entre as “classes sexuais”, porém, quando a exploração das mulheres é analisada e descrita, a ideia da “força de trabalho” ocupa uma posição central, sendo utilizada na perspectiva de relação social, nessa perspectiva apresentada como “a única coisa que o trabalhador tem para vender, a sua capacidade de trabalhar”. Este conceito, na opinião de Guillaumin, compreenderia o trabalhador homem, pois, uma classe inteira, que compõe cerca de metade da população, ou seja, as mulheres, não sofre apenas a exploração de sua força de trabalho, mas também uma relação de, a apropriação física direta (GUILLAMIN, 2003, p. 179 e 180).

Para ter certeza que este tipo de relacionamento de apropriação física não é exclusivo para o relacionamento entre os sexos, Guillaumin cita a história recente, caracterizada pela plantação de trabalho escravo, que não desapareceu no “mundo industrial”, embora há quase um século atrás nos Estados Unidos, em 1865 e no Brasil em 1890, divulgou-se o seu fim. Outra forma de apropriação física, a servidão, que caracterizou o latifúndio feudal, teria desaparecido no final da século XVIII na França (os últimos servos foram emancipados em torno de 1770, e da servidão foi abolida em 1789), mas persistiu por mais de um século em certos países europeus (GUILLAMIN, 2003, p. 179 e 180).

Dessa forma, no modo de produção capitalista, a mulher trabalhadora, sobretudo a mulher negra trabalhadora está situada na sociedade em uma dupla posição classista, que não são opostas, mas que se sustentam mutuamente, com a apropriação individual e coletiva de seu corpo pensado como corpo-máquina de trabalhar e pela exploração de sua força de trabalho. Na primeira situação, a apropriação da individualidade completa da mulher, como um corpo pensado como “corpo-máquina de trabalhar” (FALQUET, 2013, p. 12), assegura ao homem o seu uso exclusivo, pessoal e integral, apropriando-se de seus “serviços” sexuais, de sua produção doméstica e das filhas e filhos que ela possa colocar no mundo, mas, antes de tudo, torna efetiva a manutenção da produção de bens, de serviços, de mais força de trabalho (filhas e filhos), em benefício da sociedade, ou seja, a outra forma de sua apropriação, a coletiva, servindo à classe dos homens por inteiro (JUTEAU e LAURIN, 1988, p. 194 *apud* FALQUET, 2013, p. 14).

O processo de industrialização, desde sua primeira fase “proto-industrial”, introduziu uma segregação sexual ainda mais rigorosa da divisão do trabalho, que induziu às “especialidades” das mulheres (PERROT, 1987)⁶. No fordismo, por exemplo, com a “difusão” e “inculcação” de ideologias puritanas, “os instintos sexuais foram os que sofreram maior repressão por parte das sociedades em desenvolvimento”. Houve uma regulamentação e uma perversão dos mesmos, que teve consequência na formação de uma nova personalidade feminina (GRAMSCI, 2011 [1934], p. 249-252).

Assim, em todo o terceiro mundo, com os choques econômicos dos anos 1980, um dos resultados mais espantosos dessa contrarrevolução hemisférica foi a rápida urbanização da pobreza onde a exploraram cinicamente a crença de que a força de trabalho das mulheres tem “elasticidade quase infinita” diante da necessidade de sobrevivência da família. Obrigaram as mulheres a improvisar novos meios de vida como montadoras pagas por peça, vendedoras de bebidas, vendedoras ambulantes, vendedoras de bilhetes de loteria, cabeleireiras, costureiras, faxineiras, lavadeiras, catadoras de papel, babás e prostitutas (DAVIS, 2006 p. 161).

No momento contemporâneo:

tendo em vista as transformações estruturais na produção e nas instituições que estão se manifestando no âmbito global, nas regiões e localidades, o Processo de Informalidade deve ser associado às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reformatação das economias mundial, nacionais e locais. Essas formas, sejam elas novas, recriadas ou ampliadas, devem ser tipificadas, de tal forma a constituírem em si

⁶ E continua: a produção do cálico impresso (tipo de tecido) é, por esse ângulo, um laboratório de experiências. “Pinceleuses, picoteuses, rentreuses”, nas especialidades do bordado e da costura, as mulheres recebem um salário que não tem relação alguma com suas competências reais (PERROT, 1987).

mesmas categorias de análise, embora o exame sobre seu comportamento e evolução deva ser sempre referenciado ao processo de desenvolvimento econômico, social e político em andamento (CACCIAMALI, 2000, p. 163-165).

É nesse sentido que o conceito de “processo de informalidade”, definido como processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições (CACCIAMALI, 2000, p. 163-165), somado ao conceito de “apropriação individual e coletiva” dá respaldo para esta reflexão sobre a exploração da força de trabalho no processo de reciclagem.

BIBLIOGRAFIA

ABRALATAS. Nas Alturas. Notícias Da Lata: Boletim Informativo da ABRALATAS - Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade. Ano 9, nº 46, setembro/outubro 2012.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Informalidade e relações de gênero. In: GEORGES, Isabel P. H. e LEITE, Marcia de Paula (orgs.). Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária. São Paulo: Annablume, 2012.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. In: Economia e Sociedade. Campinas, IE/Unicamp, n. 14, junho 2000, p. 152-74.

CALDERONI, Sebatae. Os bilhões perdidos no lixo. – 2ª ed. - São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1998.

CEMPRE. Latas de Alumínio. (Em: http://www.cempre.org.br/ft_latas.php). CEMPRE: Compromisso Empresarial Para Reciclagem, 2012.

CEMPRE. Plano Nacional de resíduos Sólidos: a lei na prática. (Em: http://www.cempre.org.br/download/pnrs_leinapatica.pdf) CEMPRE: Compromisso Empresarial Para Reciclagem, 2010.

DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELUIZ, Neise. O catador de papel e o mundo do trabalho: perspectiva sociológica. In: Jorge Muñoz. (Org.). O catador de papel e o mundo do trabalho. 1ª ed. Rio de Janeiro: NOVA, 2000.

DIEESE. A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. São Paulo: DIEESE, 2012.

FALQYET, Jules. O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionistas. Crítica marxista, n 36, 2013.

FIRESTONE, Shulamith. A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

GERMER, Claus Magno. Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. *Crítica Marxista* (São Paulo), v. 29, p. 75-95, 2009.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino; MENDONÇA, Patrícia Maria; TEODÓSIO, Armindo dos Santos Souza; SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. Frames de ação coletiva: uma análise da organização do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis no Brasil – MNCR. Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia. De 11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais _ NPMS, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 4, 3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 5, 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRIMBERG, Elisabeth. Política nacional de resíduos Sólidos: o desafio continua. MNCR – (Em: <http://www.mncr.org.br/artigos/politica-nacional-de-residuos-solidos-o-desafio-continua>), 2008.

GUILLAUMIN, Colette. Chapter 9 - The practice of power and belief in Nature. Part I The appropriation of women (1978) In: Racism, sexism, Power and ideology. This edition published in the Taylor & Francis e-Library, 2003.

GUTIERREZ, Rafaela Franciscone e ZANIN, Maria. Empreendimentos Econômicos

Solidários de Catadores do Estado de São Paulo: um programa a partir do sistema nacional de informação em economia solidária. *Revista Pegada, Especial Trabalho no Lixo*, julho de 2010.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IBGE. Indicadores IBGE: pesquisa mensal de emprego, janeiro de 2012. IBGE, 2012.

LOMBARDI, Maria Rosa. Anotações sobre desigualdades de gênero no mercado de trabalho. In: GEORGES, Isabel P. H. e LEITE, Marcia de Paula (orgs.). *Novas Configurações do Trabalho e Economia Solidária*. São Paulo: Annablume, 2012.

MNCR. Cataforte formará 2 mil em São Paulo. (Em: http://www.mncr.org.br/box_2/noticias-regionais/cataforte-formara-2-mil-em-sao-paulo), MNCR, 2011 (a).

MNCR. O meio ambiente, a igreja católica e os catadores. (Em: http://www.mncr.org.br/box_2/blogsudeste/o-meio-ambiente-a-igreja-catolica-e-os-catadores). MNCR, 2011 (b).

MOURA FÉ, Carlos Frederico Cerqueira; FARIA, Maurício Sardá de. Catadores de Resíduos Recicláveis: autogestão, economia solidária e tecnologias sociais. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Franciscone (orgs.). *Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas*. E-book, São Carlos : Claraluz, 2011.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização do mundo do trabalho. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

PERROT, Michèle. Qu'est-ce qu'un métier de femme? In: Le mouvement social, nº40, métiers de femmes (jul-sep, 1987) p. 3-8.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In ANTUNES, R.(org.) Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

POCHMANN, Márcio. O emprego no desenvolvimento da nação. São Paulo: Boitempo, 2008.

SCOTT, Joan Wallach. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da historia: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SINGER, Paul Israel. Especificações complementares para fomento a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação atuantes com resíduos sólidos, constituídas por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. Chamada Pública 004/2011 – SENAES/TEM, ANEXO I. Brasília, 2011.

TERRA VIVA. O Brasil se consolida como o maior reciclador mundial de alumínio. (Em: <http://tvterraviva.band.uol.com.br/noticia.aspx?n=422200>), Terra Viva: o canal de quem planta e cria, 2011.

WIRTH, Ioli Gewehr. A divisão sexual do trabalho em cooperativas de reciclagem: um olhar sobre os trabalhos das mulheres. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela Franciscone (orgs.). Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas. E-book, São Carlos: Claraluz, 2011.